

Desconcentração, Migração E Diferenciais Por Estrato De Renda Na Bahia¹

Deconcentration, Migration and differentials by income strata in Bahia State²

Julia Modesto Pinheiro Dias Pereira³

Resumo: Esse texto visa buscar indícios da associação entre as transformações na renda domiciliar e os movimentos migratórios, diante da seguinte questão: Será que os pobres têm imigrado mais ou menos do que os outros? Para tentar responder essa questão foram comparadas características da migração por estratos de renda e porte municipal. As análises foram desenvolvidas sempre que possível de forma comparativa entre municípios agrupados segundo tamanho e população em estratos de rendimento domiciliar *per capita*. As cidades foram divididas em cinco categorias (Até 15 mil habitantes, de 15 a 50 mil habitantes e mais de 50 mil habitantes, Região Metropolitana de Salvador e a cidade de Salvador); e a população em quatro grupos de renda domiciliar *per capita* (Até ½ Salário Mínimo, de ½ a 1 Salário Mínimo, de 1 a 3 Salários Mínimos e Mais de 3 Salários Mínimos- com foco no primeiro grupo). Infelizmente as análises se seguirão apenas para os anos de 1991 e 2000, já que os dados do Censo 2010 ainda não estão disponíveis. Além do mais, o estado escolhido para o desenvolvimento desse estudo será a Bahia, tendo em vista a importância que programas como os de transferência de renda têm para este estado, juntamente com o histórico de altas taxas de perda populacional por emigração.

Palavras chaves: Renda *per capita*; Porte municipal; Migração.

Abstract: This text intends to search for evidence on the association between household income transformations and migratory fluxes, and it shall start from the following question: Have poor people migrate more or less than others? Trying to answer this question it were compared migration characteristics by income layer and municipality size. It was attempted to develop the analyzes, whenever it was possible, crossing municipalities grouped according to size and population in layers of *per capita* household income. The cities were divided into five categories (Up to 15 thousand inhabitants, between 15 and 50 thousand inhabitants and more than 50 thousand inhabitants, the metropolitan area of Salvador, and Salvador city); and the population into four divisions of per capita household income (Up to half the minimum wage, between half and one salary, between 1 and 3 salaries, and more than 3 salaries – with a focus on the first group). Unfortunately this analyzes will only go through the years of 1991 and 2000, once the data from 2010 census is not yet available. Furthermore, the chosen state for the development of this study will be Bahia, taking into account the importance that income transfer programs have to the state, and also a history of a high ratio of population loss due to emigration.

Key-words: *Per capita* income; Municipal size; Migration.

Introdução

A Bahia é o quarto estado mais populoso do Brasil tendo a sua história vinculada à um grande histórico emigratório principalmente inter-regional e de uma tradição de economia agrária, principalmente latifundiária. A história do desenvolvimento baiano passa necessariamente por uma configuração de momentos de dinâmica econômica mais aquecida por outros de dinâmica mais estagnada. Essas

¹ Artigo recebido em novembro de 2011 e aprovado em fevereiro de 2012.

Artigo apresentado no VII Encontro Nacional Sobre Migrações de Tema Central: Migrações, Políticas Públicas e Desigualdades Regionais, realização de 10 a 12 de Outubro de 2011, Curitiba/PR.

² Este texto é fruto da dissertação de mestrado: Política de transferência de renda e migração na Bahia: alguma conexão? . Defendida em 28/02/2011, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

³ Mestre em demografia pela Unicamp - (IFCH/NEPO). E-mail: julia_modestopdpereira@yahoo.com.br

oscilações sempre fizeram com que uma grande quantidade de pessoas sempre estivessem saindo e entrando no estado. No entanto esses fluxos não são iguais para todos, eles podem mudar de acordo com a condição de vida das pessoas. Dessa forma fatos que também afetem apenas uma determinada camada da população pode fazer com que essa camada reaja aos fluxos migratórios de forma distinta. Um desses fatores pode ser a renda de cada um, e fatos que afetem diretamente essa renda podem influenciar os fluxos.

Quando se divide a população baiana segundo a renda domiciliar *per capita*, percebe-se que a maior parte concentra-se no primeiro estrato de renda (até 1/2 salário mínimo), no entanto esse estrato é o único que apresentou redução entre 1991 e 2000. Também foram as mulheres de baixa renda que apresentaram uma maior queda na redução da fecundidade nos últimos trinta anos. Atualmente as mulheres nordestinas que apresentam um padrão de alta fecundidade, são apenas 14,9% da população feminina em idade reprodutiva.

O pequeno grau de urbanização na Bahia é visto por vários autores, como resultado de uma história econômica de tradição rural, onde a elite agrária permanece no poder, em detrimento de todas as mudanças que aconteceram ao longo do tempo. Em decorrência da grande ruralização, a economia industrial, acabou se concentrando em alguns pontos específicos. Dessa forma o PIB baiano é concentrado principalmente na Região Metropolitana de Salvador, com a indústria petroquímica, e na Região de Barreiras, no entanto, nesse caso com a agroindústria. Com a desconcentração industrial que passa a acontecer a partir dos anos 70, a perda populacional da Bahia começa a se reduzir. Apesar de ainda existir grandes volumes emigratórios, fazendo com que os saldos líquidos migratórios ainda permaneçam negativos, a quantidade de imigrantes está aumentando. Outro destaque em relação à migração é a importância dos retornados entre os imigrantes, que passou de 32,7% no período 1986-1991, para 43,1% entre 1995-2000, para 62,9% entre 2004-2009.

2. Bahia e o desenvolvimento econômico

Almeida (1977) ao traçar a história econômica baiana desde meados do século XVIII aponta que este estado enfrentou graves crises econômicas desde a primeira metade do século XVII, tendo sua economia sido baseada em diferentes ciclos, como o do açúcar, do algodão, do cacau e da borracha, que aconteceram em diferentes momentos e em diferentes regiões do estado. Todos esses ciclos foram obrigados a conviver com oscilações climáticas e concorrência pela mão de obra advinda do café ou de eventos como a guerra do Paraguai.

Além do mais, a Bahia sempre apresentou um histórico de concentrações de terras e capital na mão de uma minoria, o que contribuiu para a maior dificuldade de se realizar investimentos. Os pequenos agricultores que não tinham acesso à distribuição de terras optaram por buscá-las fora do alcance das autoridades, situadas entre os limites das grandes propriedades. Desde a época colonial a situação dos grandes latifúndios se perpetua, através da manutenção da mesma elite no poder.

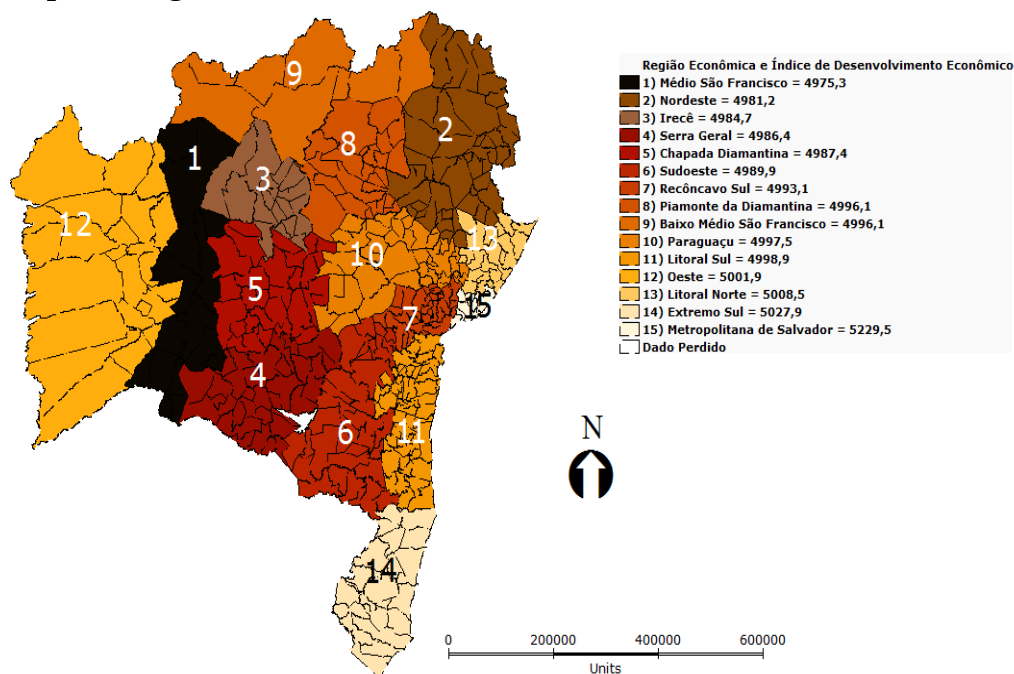
Diante desse quadro, entre 1920 e 1949 alguns municípios perderam cerca de 50% da população para São Paulo. Não obstante, frente às oscilações das exportações, reduziu-se a sua capacidade de importar alguns bens que iam surgindo com os hábitos modernos enquanto as condições econômicas não favoreciam a criação e manutenção de atividades industriais. Os obstáculos naturais aos transportes, a

carência de energia e a deficiência de capitalização vieram a retardar a recuperação da Bahia, fazendo com que os capitais e muitas pessoas de iniciativa passassem a buscar oportunidades fora do estado.

Não obstante Pedrão (2003) alerta que os capitais formados no sistema produtivo tradicional conseguiram usar o seu patrimônio e seu poder para participar da modernização sem perder a sua base rural tradicional. A herança do sistema escravista juntamente com a concentração das propriedades rurais e a automação da agricultura gerou uma enorme exclusão social. Com o advento do capitalismo industrial temos uma desorganização da produção mercantil na Bahia e a fragilidade da industrialização, na medida em que o pouco que produzia era para exportação, gerando um mercado regional instável. Enquanto ocorria no Sudeste uma concentração de capitais e conseqüentemente de emprego, ocorria na região nordeste uma concentração da pobreza, resultante não só da falta de emprego, como do alto índice de agricultura de subsistência e dos baixíssimos salários. Esses foram os fatos que resultaram na dinâmica econômica do estado da Bahia.

Atualmente a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI divide a Bahia em 15 regiões econômicas, e ao se analisar a economia baiana conforme essas regiões percebem-se que apesar de haver alguns pontos de desenvolvimento industrial ainda é o desenvolvimento agrícola a principal fonte de desenvolvimento econômico do estado. As regiões econômicas são: Metropolitana de Salvador, Extremo Sul, Paraguaçu, Oeste, Serra Geral, Litoral Norte, Sudoeste, Litoral Sul, Piamonte da Diamantina, Médio São Francisco, Baixo médio São Francisco, Nordeste, Irecê, Chapada Diamantina, Recôncavo Sul (Mapa 1).

Mapa 1 - Região econômica e índice de desenvolvimento econômico – Bahia



Fonte: SEI.

Percebe-se conforme o mapa que a não ser por Barreiras, as principais regiões econômicas encontram-se distribuídas ao longo do litoral. Ou seja, são regiões que historicamente tiveram alguma importância na saída de produtos agrícolas para o

exterior. Apenas cinco municípios⁴ representaram 46,9% do PIB⁵ da Bahia em 2007, sendo que só a RMS de Salvador era responsável por 41,7% do PIB e a cidade de Salvador por 24,9%. No entanto, essa concentração já reduziu. Em 1999 as cinco cidades eram responsáveis por 51,4%, enquanto a RMS participava com 46,7% do PIB. Em 2007 o PIB baiano cresceu 5,3%, principalmente em função do bom desempenho do setor de serviços e da indústria, 5% e 4,5% respectivamente, representando juntos 91% do PIB estadual (sendo 63% de serviços e 28% de indústria). No entanto, foi à agropecuária que por todo o território, principalmente na região Oeste, apresentou o maior crescimento (9,1%).

A maior parte do estado da Bahia tem sua vocação voltada para o setor primário. O que não é de se estranhar caso se leve em consideração que enquanto o grau de urbanização do Brasil é de 84% na Bahia é de 69,6%⁶. A grande extensão de área rural também se reflete na densidade demográfica desse estado. Enquanto a Bahia é, conforme o Censo Demográfico de 2010, o quarto estado mais populoso do Brasil com 14.016.906 habitantes, é o 15º estado com maior densidade demográfica, com 24,83 habitantes por Km². Tendo em Salvador e Lauro de Freitas as cidades mais povoadas.

A Bahia desde a sua origem teve no rural o seu principal meio de obtenção de divisas, assim sempre conviveram juntos os grandes latifúndios com os pequenos proprietários que viviam de uma agricultura de subsistência. Com o passar dos anos e a crescente urbanização, os pequenos proprietários que viviam em áreas estagnadas que não apresentavam possibilidades de obtenção de renda, se viram obrigados a optar pela migração. Assim, inicia-se a partir dos anos 40 um significativo êxodo principalmente da população excedente, da Bahia para os estados do Sudeste.

3. Um pouco da história migratória da Bahia

A migração é um fenômeno social e como tal está condicionada aos processos sociais e não a vontade individual de cada um. Conforme Dias (2007) as dinâmicas sociais incidem sobre os grupos sociais estimulando-os ou desacelerando-os frente às oportunidades de movimentação entre um local e outro. Embora o que realmente se apresenta como os motivos do movimento seja a busca por melhores condições de vida, essas condições podem variar conforme a cultura, a posição na estrutura socioeconômica, a inserção no mercado de trabalho, o contexto ideológico, político e espacial. Ainda é importante lembrar que Singer (1980) já ressaltava que apesar da migração ter uma causa quase sempre de fundo econômico, essas causas atingem os diferentes grupos que compõem a estrutura social de forma distinta. Apesar da localização das atividades econômicas disponibilizarem emprego e renda, o excesso de pessoas pode trazer outros problemas como a precarização da infra-estrutura, o déficit habitacional, o aumento da desigualdade, entre outros. Antes de declarar um lugar como sendo um atrativo populacional, é preciso entender que as vantagens e desvantagens de um local se dão em relação a outro e dependem do grupo que está,

⁴ Essas cidades são: Salvador (24,37%); Camaçari (9,49%); São Francisco do Conde (6,52%); Feira de Santana (4,31%); Candeias (2,26%).

⁵ Informações em: SEI – Resultado do PIB municipal revela leve desconcentração espacial na economia Bahiana.

⁶ Dados SEI - PNAD 2009. No entanto de acordo com o censo demográfico 2010, o grau de urbanização está em 72,06.

pelo menos potencialmente, em movimento. Segundo Dias (2007) a precariedade da infra-estrutura na origem tende a afetar mais os pobres, que não tem como acessar esses serviços por meios próprios. Assim, as pessoas que estão nos estratos mais baixos da renda não são tão atraídas pelos fatores positivos do destino, mas sim expulsas pelos fatores negativos na origem. Por outro lado, os fatores de atração causariam maior impacto nas pessoas de maior renda. Entre os fatores de expulsão podemos destacar: falta de infra-estrutura, emprego, serviços sociais (educação, saúde, assistência social, lazer, etc.), de habitação, falta de políticas agrícolas e anormalidades climáticas.

A história migratória da Bahia começa com a vinda dos portugueses para o Brasil, para a ocupação das grandes áreas agriculturáveis presentes no estado. No entanto, o surgimento da Bahia como um dos principais estados emissores de população se inicia no começo do século XX, com a emergência da indústria paulista, que além de monopolizar os investimentos, passa a demandar uma grande quantidade de mão de obra. Muitos desses imigrantes que se dirigiam para o Sudeste foram para a zona rural, ocupando o espaço que os próprios habitantes da zona rural do Sudeste deixaram. Entre os anos 1930 e 1970 os estados Nordestinos foram os maiores fornecedores de mão-de-obra para a industrialização que se intensificava no Sudeste e entre os estados dessa região a Bahia foi o maior emissor de população para outras regiões. Em 1940 já haviam se dirigido para outros estados uma população superior à de Salvador. Na segunda metade do século XX, se inicia uma série de grandes investimentos na Bahia, com a intenção de produzir insumos para a crescente indústria paulista. Esses investimentos deram-se principalmente no setor petrolífero com a instalação da Refinaria Landulpho Alves, localizada no recôncavo baiano, com o Centro Industrial de Aratu e com a instalação do Complexo Petroquímico de Camaçari. Esses novos investimentos geraram desenvolvimento e por consequência mudanças estruturais no mercado de trabalho e no setor de serviços, fazendo com que as atividades que estavam ligadas as culturas tradicionais, que já estavam em retração, viessem a se esgotar completamente, acelerando assim a imigração. Porém, assim que se iniciam investimentos voltados para a área industrial e para o desenvolvimento da agroindústria, nos anos 1970, passa a ocorrer uma redução do saldo líquido migratório negativo. Ainda há uma maior emigração do que imigração, porém esse *gap* vem diminuindo nos últimos 30 anos.

É importante ressaltar, que o grande peso da imigração para a Bahia, sempre esteve nos próprios estados Nordestinos. Além disso, entre 1960 e 1980 notaram-se dois fenômenos paralelos: 1) a tendência de diminuição da emigração inter-regional; 2) a persistência do êxodo rural, mas agora dirigido para as próprias áreas urbanas Nordestinas (SEI, 2007).

4. Migração interestadual e panorama demográfico

Serão traçados alguns aspectos das tendências migratórias interestaduais que ocorreram para a Bahia nas últimas décadas do século XX, com os dados dos Censos de 1991 e 2000. No entanto antes é importante compreender algumas das características demográficas desse estado.

A Bahia é o quinto estado do país em extensão territorial com 564.830,859Km², correspondendo a 36,6% da área total do Nordeste, atualmente

conta com 417 municípios⁷ e é o quarto estado mais populoso do Brasil e o primeiro da região Nordeste, tendo 7,7% da população do Brasil e 27% da população nordestina. O estado, com uma razão de sexo de 97,4, apresenta maior quantidade de mulheres do que de homens. Em relação à distribuição etária, verifica-se que a população concentra-se na faixa que vai dos 10 aos 25 anos. É uma população muito jovem, no entanto já se nota um processo de envelhecimento populacional.

Além das tendências da fecundidade e da esperança de vida (Tabela 1), observa-se que a taxa de crescimento populacional cai pela metade entre 1991 e 2000, se comparada a observada nos anos 80, e estima-se que continua diminuindo no geral entre 2000 e 2009, porém voltando a crescer nas áreas rurais. Ao mesmo tempo em que o grau de urbanização cresceu em 20,3 pontos em todo o período, passando de 58,8 em 1980 para 72,6 em 2009.

Tabela 1- Indicadores demográficos - Bahia 1980 a 2009

Especificação	População				Taxa Geométrica de Crescimento (a.a%)		
	1980	1991	2000	2009	80/91	91/00	00/09
Total	9.454.346	11.867.991	13.070.250	14.306.523	2,09	1,08	1,01
Urbana	4.660.304	7.016.770	8.772.348	9.954.732	3,79	2,51	1,41
Rural	4.794.042	4.851.221	4.297.902	4.351.791	0,11	-1,34	0,14
Grau de Urbanização	49,3	59,1	67,1	69,6	—	—	—
Taxa de Fecundidade Total	6,2	3,6	2,5	1,9	—	—	—
Esperança de vida ao nascer	58,8	64,7	67,7	72,6	—	—	—

Fonte: Guimarães (2004); SEI (2009).

Tanto a imigração quanto a emigração cresceram em termos percentuais, tanto que a Bahia continua no término do período analisado sendo o estado que apresenta os saldos migratórios negativos de maior valor absoluto⁸. No entanto, o crescimento da imigração foi mais significativo (saindo de 3,7% para 4,8%, enquanto a emigração passou de 9,3% para 9,9% - Tabela 1 do anexo), fazendo com que a magnitude desse saldo reduzisse ao longo do período. Quando se analisa a proporção de imigrantes e emigrantes em relação à população total da Bahia, observa-se que enquanto a proporção de imigrantes passou de 1,8% para 2,1% a de emigrantes se manteve praticamente a mesma passando de 4,5% para 4,4% (Tabela 1 do anexo). A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) também alerta para o fato de que com essa proporção de emigrantes em torno dos 4,5% a Bahia está longe de ser o estado com os maiores índices de incidência emigratória do país ou mesmo da região Nordeste.

Ao analisar os fluxos migratórios da Bahia em relação ao Brasil, nota-se que as trocas migratórias são mais intensas em relação à Região Sudeste, a proporção dos fluxos tanto da emigração quanto da imigração aumentaram ao longo do período estando acima de 50%. A segunda troca mais significativa em relação à imigração é com a própria Região Nordeste. Já em relação à emigração a Região Nordeste divide o segundo lugar com a Região Centro Oeste, devido à diminuta diferença entre as

⁷ No entanto até o Censo Demográfico de 200 eram 415 municípios.

⁸ O saldo migratório residual é de -267.466 de 1986 a 1991, porém no primeiro período, de 1995 a 2000 era de -282.477.

duas, sendo que no último período o Centro Oeste ultrapassa o Nordeste em números absoluto. Ao considerar as informações estaduais, o estado que tem a maior participação na imigração para a Bahia é o Estado de São Paulo, com uma proporção que passou de 31,4% no primeiro período para 42,2% no segundo. Logo, o crescimento na participação relativa de São Paulo faz com que ocorra uma redução na participação de outros estados. Da mesma forma que na imigração a maior proporção de emigrantes também se encaminha para São Paulo, que concentrou mais de 50% do efetivo de emigrantes procedentes da Bahia. Pernambuco aparece como o segundo estado que mais fornece imigrantes para a Bahia, tendo sua participação diminuída ao longo do período em decorrência do aumento da participação de São Paulo. Em relação à emigração, temos alguns outros estados além de São Paulo que participam de maneira geral mais ou menos com a mesma importância como receptores da população baiana, entre eles estão os outros estados do Sudeste além de Goiás e do Distrito Federal (Tabela 1 do anexo).

Também é fundamental destacar a importância da imigração de retorno para o estado da Bahia. O imigrante retornado é o indivíduo natural da Bahia que não declarou esse estado como local de residência em 1986, no Censo de 1991, ou em 1995, no censo de 2000. Entre os períodos analisados verificou-se um aumento considerável na participação dos imigrantes de retorno que passou de 32,7% no primeiro período para 43,1% no segundo período. Entre os imigrantes de retorno a Região Sudeste é o principal local de saída dessas pessoas, passando de 74,7% no primeiro período para 77,3% no segundo. Quando olhamos para a espacialização da migração de retorno na Bahia observamos que a RMS de Salvador tem a maior participação na recepção dos retornados, observando-se, no entanto, uma queda acentuada nessa participação de 17% para 13,3% no período analisado (1986-1991 e 1995-2000), enquanto a Região Sudeste passa de terceiro centro receptor de retornados para segundo lugar no mesmo período. Em suma, é preciso ter em mente que a migração de retorno compõe atualmente a maior parte da imigração baiana (SEI, 2007).

5. Perfil demográfico por estratos de renda

Antes de prosseguirmos na explanação é importante desenvolver um pouco o perfil demográfico da população residente no estado da Bahia, por período, conforme a renda domiciliar *per capita*, já que as análises que se seguiram envolverão essa dimensão. Percebe-se conforme a Tabela 2 que apesar da população que compõem o estrato de renda mais pobre ainda ser a maior, a proporção diminui ao longo das décadas, enquanto aumentou a proporção de todas as outras, com exceção do último estrato de renda, que volta a diminuir em 2009. Sendo que o estrato que mais aumentou foi aquele composto pelo grupo com rendimento domiciliar *per capita* entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo.

Tabela 2 - Proporção da população por estrato de renda domiciliar *per capita* - Bahia e Brasil 1991, 2000 e 2009

Estrato de renda	Bahia			Brasil		
	1991	2000	2009	1991	2000	2009
Até 1/2 SM	77,59	55,25	50,4	52,97	33,52	31,1
De 1/2 a 1 SM	11,6	22,59	28,1	21,2	23,27	29,4
De 1 a 3 SM	7,73	15,83	17	19,14	28,53	30,7
Mais de 3 SM	3,08	6,33	4,4	6,7	14,68	8,9

Fonte: Fundação IBGE (1991; 2000) PNAD (2009).

Em relação à razão de sexo por estratos de renda, de uma forma geral são semelhantes a da população total, em torno de 97,0 (Tabela 3). Apenas o segundo estrato de renda que em 1991 apresentou uma maior quantidade de homens do que de mulheres com uma razão de sexo de 101,25. Porém, nas décadas seguintes todos os grupos já apresentavam maior quantidade de mulheres do que de homens. Em suma, houve uma maior feminização da população baiana entre 1991 e 2000, a não ser para os mais pobres.

Tabela 3 - Indicadores demográficos da população segundo estratos de renda domiciliar *per capita*. Bahia. 1991, 2000 e 2009.

Estratos de renda domiciliar		1991	2000	2009
Razão de Sexo	Até 1/2 SM	97,6	99,23	96,45
	De 1/2 a 1 SM	101,25	97,49	99,82
	De 1 a 3 SM	98,92	97,03	96,65
	Mais de 3 SM	98,92	95,7	95,26
Razão de Dependência	Até 1/2 SM	96,36	77,35	64,23
	De 1/2 a 1 SM	57,06	54,81	46,65
	De 1 a 3 SM	48,2	38,6	34,6
	Mais de 3 SM	40,87	32,6	31,27
Grau de Urbanização	Até 1/2 SM	49,58	53,65	58,98
	De 1/2 a 1 SM	78,74	73,72	73,96
	De 1 a 3 SM	91,42	89,3	86,82
	Mais de 3 SM	95,88	96,54	96,23
Porcentagem de Negros na População	Até 1/2 SM	82,51	77,53	80,06
	De 1/2 a 1 SM	78,18	73,88	78,14
	De 1 a 3 SM	68,51	67,5	70,12
	Mais de 3 SM	46,5	47,2	52,39

Fonte: Fundação IBGE (1991; 2000) PNAD (2009).

Quanto à razão de dependência desses grupos, percebe-se que à medida que a renda aumenta a razão de dependência diminui da mesma forma que ela reduziu ao longo do tempo. Em relação ao grau de urbanização também se nota que ele vai aumentando conforme aumenta a renda. Sendo importante destacar dois pontos, em 1991 havia mais pessoas na zona rural do que na zona urbana para o primeiro estrato de renda, fato que já se reverte na década seguinte. O outro ponto é que o grau de urbanização diminui entre 2000 e 2009 para quem está no grupo de 1/2 a 1 salário mínimo de renda domiciliar *per capita*, o que poderia sugerir uma maior ruralização

proporcional para esse grupo de renda. Já em relação à porcentagem de negros na população, como era de se esperar ela diminui à medida que a renda aumenta.

A fecundidade no Brasil encontrou-se durante alguns anos em um processo de queda acelerada que vem desde os anos 40, no entanto o ritmo dessa queda se desacelerou entre 1991 e 2000. O que seria de esperar, já que à medida que a taxa vai se aproximando do nível de reposição, o ritmo da queda tende a se desacelerar. No entanto, como o nível de fecundidade não é a mesmo para todas as brasileiras, o ritmo de queda também não é. Assim entre 1991 e 2000 segundo Berquó e Cavenaghi (2004), as principais quedas aconteceram na população de baixa renda, rural e entre as mulheres negras. Se levarmos em consideração que a maior parte da população baiana é de baixa renda, e a proporção de pessoas que moram na zona rural e são negras na população de menor renda na Bahia é significativa, pode-se imaginar, que houve uma queda na fecundidade nesse estado durante o período analisado.

Em 1991 apenas as mulheres com até $\frac{1}{2}$ salário mínimo de renda domiciliar *per capita* apresentavam um regime de fecundidade superior à taxa de reposição. Em 2000 o mesmo grupo mantém taxas de fecundidade superiores, com a diferença de que houve uma redução média de 6,4 para 5,5 filhos. No Nordeste as mulheres que tem 5 ou mais filhos representavam 25,8% da população de mulheres em 1991 e 14,9% em 2000. As mulheres que tinham entre 2,1 e 4,9 filhos representavam nos dois períodos 46,7%. E as que tinham taxa de fecundidade inferior a 2,1 representavam 27,5% em 1991 e 38,4% em 2000. Percebe-se segundo os dados que a proporção de mulheres em regime de alta fecundidade caiu substancialmente no Nordeste ao longo de uma década (BERQUÓ e CAVENAGHI, 2004).

6. Tamanho e distribuição populacional do estado da Bahia

A distribuição espacial da população baiana de acordo com a Tabela 5 concentra-se, como é de se esperar, nas cidades com mais de 50 mil habitantes com 43,72% da população em 1991 e 48,26% em 2000, demonstrando uma maior concentração da população nas cidades maiores. Houve uma redução de cerca de dois pontos na parcela da população que vivia nas cidades pequenas e médias entre um ano e outro (passando de 16,81% para 14,19% nas cidades pequenas e de 39,47% para 37,55% nas cidades médias). Sendo importante ressaltar que enquanto cerca de 15% da população vivia em cidades pequenas, elas compunham mais de 40% das cidades baianas. Também é importante destacar que aproximadamente $\frac{1}{4}$ da população baiana (2.881.158 pessoas em 1991 e 3.380.913 pessoas em 2000) concentra-se em apenas quatro municípios: Ilhéus, Vitória da Conquista, Feira de Santana e Salvador. Sendo aproximadamente 4% em Feira de Santana e 18% em Salvador.

Tabela 5 - Distribuição das cidades e da população por volume populacional - Bahia, 1991 e 2000

População	1991				2000			
	Nº Cidades	%	População	%	Nº Cidades	%	População	%
Até 15.000	188	45,41	1.977.939	16,81	176	42,41	1.852.396	14,19
De 15.000 a 50.000	193	46,62	4.645.190	39,47	201	48,43	4.900.324	37,55
Mais de 50.000	33	7,97	5.144.975	43,72	38	9,16	6.297.911	48,26
Total	414	100	11.768.104	100	415	100	13.050.631	100

Fonte: Fundação IBGE (1991; 2000).

De acordo com Muricy (2003), apesar da taxa de fecundidade total encontrar-se atualmente abaixo do nível de reposição, a taxa de crescimento populacional passou por momentos de significativo crescimento. Entre as primeiras décadas do século XX e a metade dos anos 1960, houve uma combinação do declínio persistente da mortalidade, com níveis muito altos de fecundidade que fez com que a Bahia atingisse um patamar próximo a 3% de crescimento ao ano na década de 60. Durante esse período houve um rejuvenescimento da população, fazendo com que a população entre 0 e 14 anos passasse da marca dos 45% do total. No entanto, após os anos 60, a contínua queda da mortalidade que se acentuou depois dos anos 70, passou a ser acompanhada por uma queda rápida e contínua também das taxas de fecundidade, que passou no Brasil de 6,5 filhos por mulher em 1940 para 4,2 em 1980, com uma alteração de 35,4% nesse período.

A redução do ritmo de crescimento demográfico está diretamente relacionada com a queda vertiginosa da fecundidade na Bahia. Segundo Guimarães (2008) a taxa de fecundidade passou em 5,7 filhos por mulher em 1980 para 3,3 em 1991 e 2,3 em 2000 e o ritmo de crescimento vem sendo afetado principalmente pelo componente vegetativo da equação demográfica⁹, com a taxa anual de crescimento vegetativo reduzindo 2,38% entre 1950 e 1960, 2,65% de 1960 a 1970, 2,48% na década de 1970, 1,8% entre 1980 e 1991 e 1,35% entre 1991 e 2000. Guimarães (2008) ressalta que a taxa de fecundidade baiana continua declinando durante a última década sendo de apenas 1,9 filhos por mulher em 2007, ou seja, abaixo do nível de reposição e da média nacional (1,95). No entanto, é importante lembrar que - conforme Berquó e Cavenaghi (2004)- mesmo que a maior parte da população brasileira ainda apresente níveis baixos de fecundidade, ainda existem segmentos populacionais para os quais a fecundidade está nos patamares do início da transição em meados da década de 1960. Apesar de esses grupos serem compostos por parcela cada vez menor da população, ainda fala-se de quase 3 milhões de mulheres que em 2000 apresentava taxas de fecundidade superiores a 5 filhos por mulher, o que representava 6% da população feminina em idade reprodutiva, observando-se que essas mulheres se concentravam nas camadas mais pobres da sociedade.

O ritmo de crescimento da Bahia vem mudando ao longo das últimas décadas. Segundo Muricy (2003), entre 1991 e 2000 a taxa geométrica de crescimento foi 1,52% ao ano, 0,57 pontos a menos que na década anterior (de 2,09% entre 1980 e 1991 e de 2,35% entre 1970 e 1980). Essa redução no ritmo de crescimento demográfico reflete uma série de transformações que tem origem nas primeiras décadas do século XX, e vem se desenvolvendo até os dias atuais. O crescimento demográfico de um local está associado diretamente a dois elementos endógenos (a natalidade e a mortalidade) e a dois elementos exógenos (emigração e imigração). Esses elementos não são meros reflexos da esfera biológica ou econômica, mas enquanto elementos estruturantes de uma sociedade são afetados por todos os fenômenos sociais. Por exemplo, uma mudança na dinâmica religiosa de uma sociedade pode afetar as relações conjugais que conseqüentemente podem afetar a fecundidade de uma população.

Outro fato importante da dinâmica demográfica do estado da Bahia é a grande parcela da população residindo em zona rural, o que implica em dinâmicas diferenciadas tanto em relação à fecundidade, mortalidade e acesso a serviços,

⁹ O crescimento vegetativo é proporcional ao número de nascimentos, menos o número de óbitos, ou seja, CV= N-O.

quanto como às possibilidades de obtenção de renda. Até 1970 mais da metade da população baiana encontrava-se na área rural. O grau de urbanização do estado começa a aumentar quando nos anos 1970 inicia-se o tão conhecido “milagre econômico”, com a ida de empresas automobilísticas e petrolíferas. Com a ampliação da força industrial, iniciou-se uma ampliação dos direitos trabalhistas e da previdência social, que alcançou inclusive a população rural. A possibilidade de auxílio saúde e da previdência social para a população rural fez com que essas pessoas vivessem mais e melhor, desonerando também a sobrecarga sobre o restante da família.

Dias (2007) levanta que a Bahia no início dos anos 1950 experimentava um processo de estagnação econômica e de perda de prestígio econômico e político. No entanto, em meados dessa década houve uma série de alterações relacionadas à inserção da Bahia no processo de industrialização nacional, favorecida pela descoberta do petróleo no recôncavo baiano. Esse fato fez com que ocorressem mudanças na distribuição da população baiana, com a consolidação da Região Metropolitana de Salvador e alterações nas tendências de concentração e desconcentração dos seus moradores. A estruturação da RMS e as transformações de áreas que antes eram tipicamente rurais para fins industriais fizeram com que houvesse um desenvolvimento estrutural (com o desenvolvimento das estradas e de uma rede mais consolidada de transportes), que impulsionaram novos fluxos migratórios no estado e redistribuição espacial da população. Dias (2007) também alerta para outros acontecimentos na Bahia que alteraram o fluxo migratório interno e conseqüentemente alteraram o ritmo de crescimento das cidades. Entre esses acontecimentos destacam-se a implantação na década de 1970 do complexo agroindustrial no pólo de Juazeiro e a instalação de áreas de agricultura moderna de grãos em Barreiras. Assim, esses municípios em 2000 compunham o seletivo grupo de municípios que registraram uma população superior a 100 mil moradores.

Desde a década de 1940 a Bahia vem perdendo população sistematicamente para o sudeste, apresentando saldos migratórios líquidos sempre negativos. Esses grandes fluxos emigratórios contribuíram para que em muitas cidades houvesse um arrefecimento do crescimento das cidades baianas. Muricy (2003) destaca que entre 1940 e 1980 deixaram a Bahia cerca de 1.566.814 pessoas. Segundo Dias (2007) a partir da década de 1930 inicia-se uma tendência a concentração populacional no país, principalmente nas áreas urbanas de grande porte no Centro-Sul, com o principal fluxo migratório sendo do Nordeste para o Sudeste. O ritmo de crescimento acelerado nas grandes cidades se arrefece nos anos 80, quando passa a ocorrer uma desconcentração produtiva e populacional, aliada a até então contínua expansão das fronteiras agrícolas e minerais. Com as cidades médias passando a ganhar significativa importância no panorama nacional.

A Bahia, apesar de ser um estado que se destaca pela emigração, também recebeu grandes contingentes de imigrantes que teve um papel importante no crescimento das cidades. Os principais fluxos em direção à Bahia vinham de outros estados da região Nordeste, de Minas Gerais e de São Paulo, sendo que 60% desses imigrantes residiam em áreas urbanas nos seus antigos estados e se dirigiram para áreas urbanas principalmente para Salvador. Era para a capital que também se dirigia uma expressiva quantidade de imigrantes provenientes do interior da Bahia. Salvador não só era um ponto de atração dos imigrantes dos demais estados Nordestinos e do interior da Bahia, como era um ponto de passagem para quem se dirigia para o Sudeste, assim a cidade cresceu em um ritmo muito mais acelerado do que as demais cidades baianas.

De acordo com Souza (1985 *apud* Muricy, 2003) os saldos migratórios líquidos negativos ao longo da segunda metade do século XX fez com que houvesse uma redução no ritmo de crescimento que era potencialmente oferecido pelo crescimento vegetativo. Essas perdas populacionais implicaram em uma redução no contingente de baianos de -0,36% a.a. entre 1950/60, de -0,26% a.a. entre 1960/70 e de -0,13% a.a. entre 1970/80. Com o crescimento vegetativo sempre superior ao crescimento total se não fosse a emigração a Bahia teria crescido num ritmo anual de 2,38%; 2,65% e 2,48% respectivamente, e teria alcançado um milhão e meio de pessoas a mais no final dos anos 80.

7. Ritmo de crescimento dos municípios baianos

Ainda conforme Muricy (2003), as estimativas para o crescimento vegetativo na Bahia variaram entre 1 e 1,99% ao ano entre 1991-2000. Logo, haveria indícios de que os municípios que crescessem com uma taxa superior a 2% ao ano estariam submetidos a regimes de imigração e as cidades que crescessem a taxas inferiores a 1% estariam submetidas a regimes de emigração. Sendo que as taxas negativas já representam perdas absolutas de população.

Se for utilizado o mesmo critério para analisar as taxas de crescimento das cidades segundo o porte municipal e por estrato de renda domiciliar *per capita*, é preciso ressaltar que na última década as taxas de fecundidade continuaram em queda, o que continuou imprimindo outro ritmo de crescimento vegetativo. Porém feita essa ressalva, será adotado o mesmo critério para fins de análise. Conforme a Tabela 6 pode-se concluir que, à única exceção é a dos grupos com renda domiciliar *per capita* menor que $\frac{1}{2}$ SM, todos os outros casos sugerem que houve crescimento populacional em decorrência da migração na última década do século passado.

Mas antes de prosseguir é importante ressaltar que o crescimento ou decréscimo analisado por grupo de renda não acontece apenas devido aos nascimentos, óbitos e saldos migratórios, em razão da seletividade diferenciada entre os imigrantes e emigrantes, mas também como função da mobilidade entre os estratos de renda interna aos municípios. Ou seja, se um município tem maior emigração da população da base da pirâmide e recebe imigrantes de alta escolaridade e renda, é claro que sua população apresentará maior crescimento neste último estrato, mesmo que a população natural não tenha experimentado melhoria na renda. Por outro lado, se um estrato de renda apresentou altas taxas de crescimento em uma cidade pode ser devido à mobilidade entre os estratos de renda dentro do próprio município. Assim, a evolução do tamanho da população por estrato de renda reflete não apenas os diferenciais no crescimento vegetativo e na migração, como também a mobilidade entre os próprios estratos.

A Tabela 6 demonstra que em relação à população total apenas nas cidades pequenas houve decréscimo absoluto da população. Nas cidades médias, e no entorno da Região Metropolitana de Salvador (RMS) o crescimento manteve-se dentro da expectativa de crescimento vegetativo. Já nas cidades grandes e em Salvador a taxa de crescimento muito provavelmente foi influenciada pela imigração, embora Salvador apresente um grande volume de emigração também.

Em relação à população que compõem os estratos de renda é importante lembrar que isso não significa que o crescimento ou decréscimo tenha sido na cidade e sim que as pessoas possam ter mudado de estrato de renda, dentro da

mesma cidade. Nota-se que houve queda absoluta das pessoas que compunham o primeiro estrato de renda *per capita*, o que era de se esperar já que a literatura indica que houve redução da pobreza durante esse período. No entanto também é importante notar que nas cidades menores a redução foi mais significativa do que no restante. Esse fato pode ser um indicador de que o impacto da redução da pobreza aconteceu de forma mais intensa nas cidades menores.

Já que houve um decréscimo absoluto no primeiro estrato de renda, é natural que tenha acontecido um crescimento nos outros estratos, já que as pessoas migraram socialmente do estrato de renda mais baixo, para os seguintes. Nos dois próximos estratos de renda domiciliar *per capita* entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo e de 1 a 3 salários mínimos, o principal crescimento aconteceu nas cidades pequenas e médias. Sendo que apenas na cidade de Salvador o crescimento foi inferior a 5%. Já para o último estrato de renda o crescimento nas cidades pequenas e médias é igualmente significativo, porém há um crescimento também significativo para as cidades grandes e para a RMS, sendo que para esse grupo o crescimento de Salvador é superior a 5%.

Importa ressaltar, como se verifica na Figura 1, que apesar do último estrato de renda ser o que ainda possui a menor quantidade de pessoas, esse é o grupo que apresentou o maior crescimento¹⁰. Da mesma forma, o terceiro grupo apresentou a segunda maior taxa e assim por diante, até o primeiro grupo que apresentou crescimento negativo.

¹⁰ No entanto é preciso sempre ter em mente que apresentar um maior crescimento relativo, não significa ter de fato um grande acréscimo populacional. No caso do último estrato de renda o volume já era reduzido, assim qualquer acréscimo por menor que seja, apresenta-se como significativo.

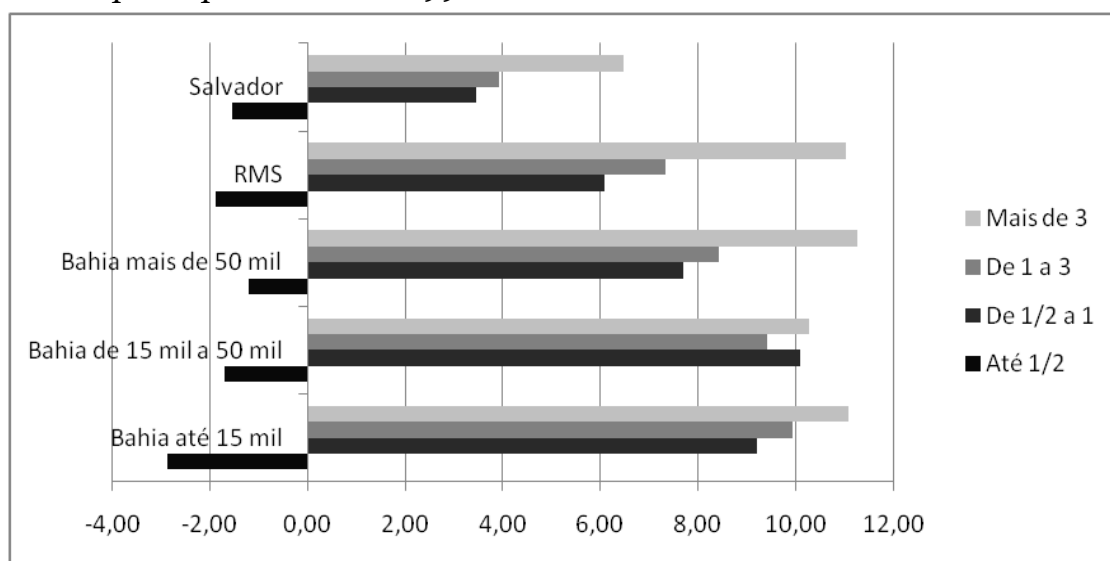
Tabela 6 - Taxa de crescimento populacional por tamanho do município e rendimento domiciliar *per capita* - Estado da Bahia de 1991 a 2000

Porte e tipo de Município	1991	2000	Taxa de Crescimento Geométrico Anual (%)
População Total			
Até 15 mil habitantes	1.753.806	1.729.968	-0,15
De 15 mil a 50 mil habitantes	3.930.130	4.308.321	1,03
Mais de 50 mil habitantes	2.565.188	3.289.574	2,8
Entorno RM de Salvador	1.016.171	1.184.395	1,72
Sede RM de Salvador	1.952.794	2.406.747	2,35
Total	11.218.089	12.919.005	1,58
População com renda <i>per capita</i> de até 1/2 salário mínimo			
Até 15 mil habitantes	1.504.648	1.162.113	-2,83
De 15 mil a 50 mil habitantes	3.316.565	2.854.101	-1,65
Mais de 50 mil habitantes	1.731.106	1.560.627	-1,15
Entorno RM de Salvador	689.154	583.289	-1,84
Sede RM de Salvador	791.217	695.250	-1,43
Total	8.032.690	6.855.380	-1,75
População com renda <i>per capita</i> entre 1/2 e 1 salário mínimo			
Até 15 mil habitantes	176.726	393.112	9,29
De 15 mil a 50 mil habitantes	399.211	958.008	10,22
Mais de 50 mil habitantes	454.080	890.841	7,78
Entorno RM de Salvador	192.379	328.670	6,13
Sede RM de Salvador	452.833	619.333	3,54
Total	1.675.229	3.189.964	7,42
População com renda <i>per capita</i> entre 1 e 3 salários mínimos			
Até 15 mil habitantes	63.444	151.045	10,12
De 15 mil a 50 mil habitantes	176.884	403.394	9,59
Mais de 50 mil habitantes	297.713	620.996	8,51
Entorno RM de Salvador	111.425	212.075	7,41
Sede RM de Salvador	467.666	665.797	4
Total	1.117.132	2.053.307	7
População com renda <i>per capita</i> superior a 3 salários mínimos			
Até 15 mil habitantes	8.988	23.697	11,37
De 15 mil a 50 mil habitantes	37.469	92.817	10,6
Mais de 50 mil habitantes	82.288	217.110	11,38
Entorno RM de Salvador	23.212	60.362	11,2
Sede RM de Salvador	241.077	426.367	6,54
Total	393.034	820.353	8,52

Fonte: Fundação IBGE (1991; 2000)

*Exclusive aqueles que não declararam renda.

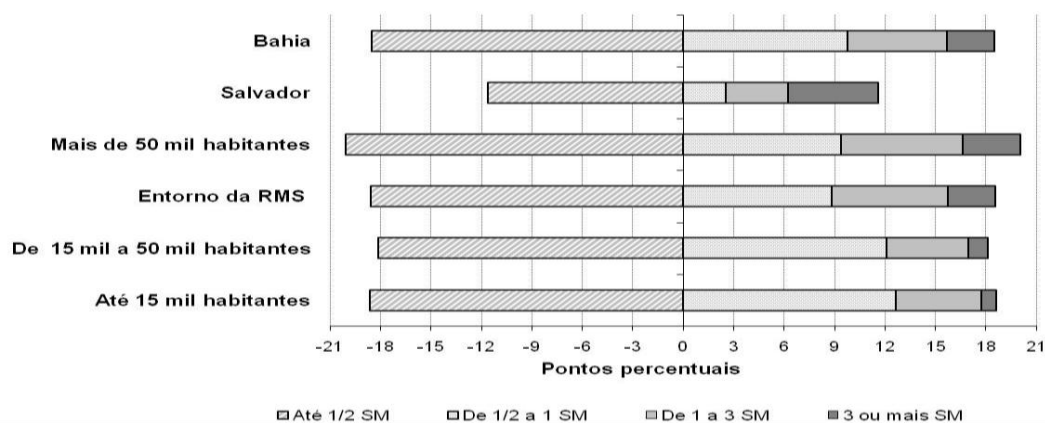
Figura 1 - Taxa de crescimento anual (%) por tamanho do município e rendimento domiciliar *per capita*. Bahia de 1991 a 2000



Fonte: Fundação IBGE (1991; 2000).

Quanto à diferença percentual da importância da composição dos grupos de renda dentro da população total, percebe-se conforme a Figura 2 que no geral entre um período e outro o primeiro grupo perdeu cerca de dezoito pontos percentuais de importância na população total, com exceção da cidade de Salvador, que perdeu cerca de onze pontos percentuais. Da mesma forma foi na capital da Bahia onde ocorreu o menor aumento, em relação ao segundo estrato de renda, de 2,5 pontos percentuais. Enquanto para as outras regiões o aumento situou-se em torno dos dez pontos percentuais, com maior crescimento para as cidades pequenas e médias. Outro ponto importante a se destacar é que a maior diferença percentual de crescimento para o grupo de maior renda deu-se nas cidades de Salvador e para as que possuem mais de cinquenta mil habitantes. Ou seja, a redução em termos percentuais do primeiro estrato de renda foi menor em Salvador, da mesma forma que o aumento do segundo estrato de renda foi mais significativo para as cidades pequenas e médias e do último grupo foi maior para Salvador e para as cidades grandes.

Figura 2- Diferença entre 1991 e 2000 no percentual dos grupos de renda, por parte populacional e região do município, Bahia, 1991 a 2000



Fonte: Fundação IBGE (1991; 2000).

Considerações finais

Vimos que o ritmo de crescimento das cidades baianas foi significativo por muitos anos, e só não foi maior em decorrência da perda populacional para outros estados. A redução da fecundidade (que passou de 2,09 em 1980 para 1,52 em 2000, ou seja, bem inferior ao necessário para a reposição populacional) tem sido fundamental para a redução contínua do ritmo de crescimento populacional. Porém é preciso considerar que a fecundidade reduziu por diversos fatores que afetaram a sociedade, como a entrada da mulher no mercado de trabalho, a maior urbanização, o aumento da escolaridade entre outros. Foram esses fatores que fizeram com que acontecesse uma “rearrumação” populacional, concentrando a maior parte da mesma perto dos pontos de desenvolvimento.

Quando se analisa o crescimento conforme porte municipal e estrato de renda domiciliar *per capita* percebe-se que nas cidades pequenas houve decréscimo populacional, da mesma forma como houve redução das pessoas que compunham o primeiro estrato de renda. A redução das pessoas que compunham o primeiro estrato foi maior nas cidades pequenas, o que pode ser um indicativo de que houve uma maior mobilidade entre os estratos nessas cidades ou de que houve uma perda migratória mais significativa nas cidades pequenas para as pessoas com menor renda. Nos dois estratos de renda seguintes o crescimento foi maior nas cidades pequenas e médias, sendo que apenas para o último estrato houve um crescimento maior para a RM e para Salvador. Quanto à importância da composição dos grupos por estrato de renda na população baiana, a redução em termos percentuais do primeiro estrato de renda foi menor em Salvador, da mesma forma que o aumento do segundo estrato de renda foi mais significativo para as cidades pequenas e médias e do último grupo foi maior para Salvador e para as cidades grandes. Como dito, anteriormente, diversos fatores fizeram com que ocorresse uma mudança no ritmo de crescimento populacional, e com que esse crescimento fosse diferente conforme a renda de cada grupo. No entanto, como apesar do aumento da urbanização e da industrialização a Bahia continua sendo um estado com enorme vocação rural programas de transferência de renda que visem transferir uma renda monetária fixa, para uma parte da população que até então nunca havia tido garantia de renda, podem fazer com que essas mudanças ocorram de uma forma diferenciada nas cidades menores e para a população mais pobre.

A Bahia a partir dos anos 70 passou a receber investimentos em torno de alguns pólos de desenvolvimento¹¹, porém essa concentração de atividades acabou por agravar o problema da distribuição de renda (ALVES, 2008). Além disso, Vidal (2003) também destacou outro problema inerente da economia baiana, que as mazelas da seca não afetam todos igualmente, há diferenças entre os grupos sociais, já que os efeitos da seca concentram-se principalmente nos que mais dependem da lavoura de auto-consumo para formar uma renda não monetária. Logo esses efeitos provocam uma emigração em massa para os pólos de desenvolvimento tanto dentro quanto fora do estado. Sendo que essa emigração em massa poderia ser amenizada caso houvesse políticas de proteção social, que se apoiassem nas transferências de uma renda monetária, para trabalhadores rurais. Principalmente se considerarmos que nos dias atuais o grau de urbanização de 69,9% em 2009 permanece inferior ao

¹¹ A produção de grãos no Oeste, a celulose e a silvicultura no sul, a fruticultura irrigada no médio São Francisco, a indústria automobilística com empreendimento da Ford na RM de Salvador e o turismo no litoral norte e sul do estado.

do Brasil de 81,2% e nordestino de 72,8%. Além disso, conforme o Censo Agropecuário de 2006 do contingente de 2,3 milhões de trabalhadores existentes nos 765 mil estabelecimentos agropecuários recenseados na Bahia, 1,9 milhão de pessoas, ou seja, 82% estavam vinculadas a agricultura familiar¹². Assim, Guimarães (2008) alerta que a proliferação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e dos programas de transferência de renda, que a exemplo da Bolsa Família, poderiam estar contribuindo para reter a população nas áreas rurais.

Dessa forma com o crescimento econômico concentrando-se em alguns pólos específicos de desenvolvimento, os programas de transferência de renda poderiam estar atuando como uma forma de ajudar a reduzir a pobreza nas áreas rurais e nas pequenas e médias cidades. Assim, com a redução da desigualdade entre as áreas de desenvolvimento e os demais, pode vir a ocorrer mudanças na dinâmica migratória, principalmente para a população de baixa renda.

Bibliografia

ALMEIDA, R. B. **Traços da história econômica da Bahia no último século e meio**. Revista Planejamento, Salvador, v.5, n.4, out/dez.1977.

BERQUÓ, E.; CAVENAGHI, S. **Mapeamento sócio-econômico e demográfico dos regimes de fecundidade no Brasil e sua variação entre 1991 e 2000**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambu. Anais... Belo Horizonte: ABEP, 2004.

DIAS, P. C. **Articulação entre os espaços de “atração” e de “repulsão” de população: um estudo sobre o saldo migratório dos municípios baianos**. Salvador: SEI, 2007. (Série Estudo e Pesquisas, 77).

GUIMARÃES, J. R. S **Tendências sociodemográficas na Bahia e os novos desafios das políticas sociais**. Bahia Análise e Dados, Salvador, SEI, v.17 n.4, p.1115-1201, jan./mar.2008.

MURICY, I. **Novos padrões de reprodução sociodemográfica na Bahia**. Salvador: SEI, 2003. (Série Estudo e Pesquisas, 60).

PEDRÃO, F. **Superar a pobreza ou reverter o empobrecimento?: uma revisão das raízes da pobreza na Bahia**. Salvador: SEI, 2003. (Série Estudos e Pesquisas, 63).

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Evolução e caracterização das manchas de pobreza na Bahia (1991-2000)**. Salvador, 2008. (Série Estudo e Pesquisas, 79).

_____. **Migração e migrantes da Bahia nos anos de 1980 e 1990**. Salvador, 2007. (Série Estudos e Pesquisas, 76).

¹² Na medida em que possuíam algum vínculo de parentesco com o produtor.

SINGER, P. **Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo.** In: MOURA, H. A. (Org.). Migração interna: textos selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980.

ANEXO

Tabela 1- Saldo Migratório dos maiores de cinco anos ,por Unidades da Federação e Grandes regiões. Proporção de emigrantes na população de 5 anos e mais, segundo as Unidades da federação e grandes regiões. Proporção da Unidade da federação de origem dos imigrantes e emigrantes com 5 anos ou mais, Bahia, 1986-1991 e 1995-2000.

	Saldo Migratório		Proporção de emigrantes		Proporção da UF de origem dos imigrantes e emigrantes			
					Imigrantes		Emigrantes	
	1986-1991	1995-2000	1986-1991	1995-2000	1986-1991	1995-2000	1986-1991	1995-2000
Rondônia	32.722	11.648	9,7	5,9	1	0,5	1,22	0,51
Acre	-1.364	-2.214	4,0	3,3	0	0,0	0,04	0,04
Amazonas	15.318	32.013	2,5	2,4	0	0,3	0,21	0,16
Roraima	28.660	33.577	3,6	5,1	0	0,1	0,08	0,04
Pará	29.325	-49.031	4,3	4,3	2	1,2	2,84	0,97
Amapá	16.494	29.483	2,9	3,7	0	0,0	0,03	0,03
Tocantins	10.612	13.461	9,1	8,1	0	0,6	0,44	0,4
Região Norte	131.767	68.937	5,0	4,0				
Maranhão	-134.359	-172.025	5,7	5,5	1	0,8	0,51	0,33
Piauí	-66.335	-51.312	6,2	5,5	2	1,2	0,64	0,72
Ceará	-123.398	-21.997	4,4	2,8	4	2,7	1,11	1,42
Rio Grande do Norte	-874	7.110	3,6	3,0	1	0,7	0,51	0,57
Paraíba	-85.149	-60.630	6,2	5,3	3	1,8	0,74	0,91
Pernambuco	-145.488	-112.694	5,1	3,9	14	9,2	3,95	3,42
Alagoas	-51.751	-71.038	5,2	5,1	5	3,1	1,37	0,75
Sergipe	13.765	-4.260	3,2	3,6	6	5,4	4	3,3
Bahia	-282.335	-264.798	4,5	4,4				
Região Nordeste	-875.923	-751.643	4,9	4,3				
Minas Gerais	-106.820	41.795	3,4	2,5	10	8	6,17	7,68
Espírito Santo	44.528	34.926	3,9	3,4	5	6	5,13	6,13
Rio de Janeiro	-40.434	48.874	3,0	2,1	7,9	6,1	4,06	5,6
São Paulo	748.120	359.089	2,3	2,6	31,4	42,18	53	53,53
Região Sudeste	645.394	484.684	2,7	2,5				
Paraná	-205.650	-37.048	6,3	3,9	2	1,6	1	0,99
Santa Catarina	45.359	61.450	3,0	2,9	0,4	0,48	0,23	0,37
Rio Grande do Sul	-24.445	-38.875	2,0	1,7	1,5	1,44	0,45	0,41
Região Sul	-184.737	-14.473	4,0	2,7				
Mato Grosso do Sul	19.023	-10.795	6,7	6,7	0	0,5	0,36	0,31
Mato Grosso	108.574	48.743	7,0	5,5	0,5	1	1,41	0,86
Goiás	111.631	204.839	4,4	3,8	2	3	6	6,19
Distrito Federal	51.638	28.287	10,1	10,2	1,9	2,76	4,78	4,94
Região Centro Oeste	290.866	271.075	6,0	5,6				

Fonte: SEI (2006).